

O pão e circo à brasileira

Assim como acontecia no Império Romano, a política de pão e circo no Brasil tem sido fartamente utilizada pelo governo golpista de Michel Temer e seus comparsas instalados no Congresso Nacional. Enquanto o país se voltava para os jogos olímpicos no Rio de Janeiro, no mundo político não faltaram aberrações e manobras para retirar direitos da classe trabalhadora e consolidar um golpe de Estado, desrespeitando 54 milhões de eleitores que escolheram, num processo eleitoral democrático, Dilma Rousseff como presidenta do Brasil.

Esse cenário de alienação política – característica basilar da lógica do pão e circo – é o que embala a classe política na implementação de projetos conservadores, retrógrados e perversos para os trabalhadores, numa clara reconfiguração de luta de classes. De um lado a burguesia, representada por grandes empresários, pelo capital financeiro e o agronegócio. Do outro, a classe trabalhadora, que precisa se organizar mais, pois temos um projeto ultraneoliberal nefasto que impõe, a todo custo, o fim do

trabalho e, conseqüentemente, a desmobilização dos trabalhadores.

No meio dessas duas classes, a mídia. Ah, essa sim, é a cereja do bolo da burguesia. É a grande responsável pela disseminação da política do pão e circo, pela imobilização social, pela alienação alheia. Divulga o que interessa à elite e silencia sobre os assuntos pertinentes à classe trabalhadora. De forma dissimulada, é um dos grandes atores do golpe e não medirá esforços para facilitar a vida do governo golpista na hora de implementar as reformas trabalhista e previdenciária que promete para os próximos meses. Dentre as propostas que vêm por aí está a de que os acordos coletivos vão valer mais que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dito de outra forma: direitos como férias, 13º salário, carga horária semanal de 44 horas – só para citar esses três pontos –, podem ser suprimidos, caso não constem nos acordos coletivos.

No campo previdenciário, o que está por vir é assustador. Esse governo usurpador vai aumentar a idade mínima e o tempo de con-

tribuição, equiparando, inclusive, a idade e o tempo de contribuição entre homens e mulheres; fala-se em uma transição somente para quem tem mais de 50 anos e na eliminação da diferença de critério para aposentadoria de trabalhador urbano e rural, servidor público e trabalhador da iniciativa privada; além de propor mudanças nas aposentadorias especiais e instituir de novo redutor nas pensões.

Esse pacote de maldade não é pouco e nem deve ficar por aí. Agora, com o golpe consolidado, as forças conservadoras não vão medir esforços para emplacar uma agenda de retrocessos, pautas que nos últimos 13 anos, com os governos de Lula e Dilma, não tinham espaço. E o que fazer? Não nos resta alternativa a não ser resistir, ocupar as ruas para denunciar o golpe, exigir respeito do Congresso Nacional e do governo golpista e dizer que não vamos aceitar nenhum direito a menos. Do contrário... é a morte da CLT, a precarização do trabalho e a reescravidão do cidadão.

Graça Oliveira
Coordenadora geral do Sindsep-PE

CHARGE SAMUCA



ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e **Valdemar Joaquim de Santana**

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão **Mª de Lourdes**
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

ÚLTIMAS

Delegados ao Concondsef

As eleições para escolha dos delegados que vão participar do XII Congresso Nacional da Condsef, o Concondsef, continuam até o final de setembro. O processo teve início em agosto, quando foram eleitos delegados de vários órgãos do Recife e municípios do interior, entre eles os ministérios da Fazenda, Defesa e Saúde, Incra e Funasa. Para setembro, a votação vai continuar, principalmente, nos órgãos do interior do Estado. Confira no site do Sindsep-PE (www.sindsep-pe.com.br) o calendário completo. O Concondsef acontece entre os dias 4 e 9 de dezembro próximo, em Cuiabá, Mato Grosso.

Governo nomeia empresário infrator para coordenar a SRTE

Representantes dos trabalhadores, auditores-fiscais do trabalho e servidores administrativos da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco (SRTE/PE) realizaram, no dia 22 de agosto, um ato público em frente ao órgão, no Espinheiro, para protestar contra a nomeação do empresário Eduardo Geovane de Freitas Leite para comandar a superintendência.

O protesto foi por conta de Eduardo de Freitas não respeitar a legislação trabalhista e ser réu em processo de improbidade administrativa, entre outros delitos. Ele, que é ex-prefeito de Sanharó e ex-secretário de finanças de Arcoverde, é ligado politicamente ao deputado federal Zeca Cavalcanti (PTB).

“A SRTE é um órgão que fiscaliza o empresário para que ele não burle as leis trabalhistas. Colocar um empresário para dirigir o órgão é como colocar uma raposa para tomar conta do galinheiro”, comentou a coordenadora geral do Sindsep, Graça Oliveira. A nomeação do empresário causou revolta e surpresa a todos, uma vez que nada foi debatido com os servidores da casa. Durante a mobilização, os servidores colheram assinatura para um abaixo assinado que será endereçado ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. O texto manifesta o repúdio dos servidores à nomeação de Eduardo Freitas Leite.



ATO Servidores protestaram contra nomeação do novo superintendente

“É mais uma falta de respeito desse governo com o trabalhador brasileiro e com o setor público. Querem acabar com o serviço público, mas nós não iremos aceitar”, salientou o secretário geral do sindicato, José Carlos Oliveira. “Essa é uma casa do trabalhador. Um órgão estratégico para a fiscalização do

cumprimento de leis trabalhistas como o pagamento do FGTS, férias e 13º salário. Jamais poderemos aceitar que um empresário que não paga o FGTS há anos para seus funcionários coordene essa casa”, complementou o diretor de Comunicação do Sindsep-PE, Sérgio Goiana. ◀◀

SALÁRIO

Novas tabelas disponíveis no site do sindicato

Na folha de agosto, paga no início de setembro, cerca de 90% dos servidores do Executivo teve reajustes nos salários, negociados com a então presidenta Dilma Rousseff. Com base nas leis sancionadas no início de agosto pelo interino Michel Temer, a subseção do Dieese na Condsef montou as tabelas salariais das três maiores carreiras da área: o Plano Geral do Poder Executivo (PGPE); a Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CSPT); e o Plano de Cargos Fazendários (PECFAZ). O documento está disponível no site do Sindsep-PE, no link Tabelas Salariais, na barra superior horizontal do site (www.sindsep-pe.com.br).

No material produzido pelo Dieese constam as tabelas de agosto deste ano e as de janeiro de 2017, conforme lei aprovada. O primeiro reajuste foi de 5,5% e o segundo será de 5%. Considerando o escalonamento e os juros compostos, o aumento real no final das contas será de 10,8%. Uma parte do aumento será no vencimento básico e a outra nas gratificações de desempenho. Em cifras, com base na tabela do PGPE, varia de R\$ 69,11 a R\$ 202,02 no VB e de R\$ 55 a R\$ 276 na GD.

As tabelas não consideram adicionais que porventura alguns servidores têm sobre o vencimento básico, bem como rubricas espe-

cíficas, tipo Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Essas foram apenas as três primeiras carreiras, mas em breve a Condsef divulgará as de outros setores. É só acompanhar pelo site e informativos do sindicato.

Lembrando que em janeiro deste ano, os servidores já tiveram o reajuste dos benefícios, também fruto do que foi acordado com o governo Dilma. O auxílio alimentação passou de R\$ 373 para R\$ 458; o auxílio pré-escolar de R\$ 95 para R\$ 321; e a contrapartida do plano de saúde, que variava de R\$ 82 a R\$ 167, agora está entre R\$ 101,56 para R\$ 205,63. ◀◀

Governo Temer e Congresso, juntos, contra trabalhadores

Uma lista de 55 projetos que ameaçam os direitos trabalhistas está tramitando no Congresso Nacional brasileiro. É o que aponta um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que analisou as principais matérias que tiveram movimentação nos últimos anos e/ou foram identificadas pelo órgão em razão da relevância e polêmica dos temas envolvidos.

Levando em consideração o perfil e os financiadores das campanhas dos deputados e senadores que compõem o atual Congresso, a possibilidade de retirada, flexibilização ou até mesmo de eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil é mais que iminente. Isso porque a grande maioria dos parlamentares ou é empresário ou recebeu financiamento de campanha do setor empresarial. Segundo o Diap, dos 513 deputados, 190 se declararam empresários, 139 ruralistas, 82 evangélicos, 20 policiais e apenas 46 como sindicalistas e representantes dos trabalhadores. Os demais não foram listados.

Sete em cada dez deputados federais receberam recursos de pelo menos uma das dez empresas que mais fizeram doações eleitorais em 2014. No Senado, a mão não tão invisível de gigantes da indústria da alimentação, a JBS (Friboi); do mercado financeiro do país, o banco Bradesco; da OAS, Camargo Corrêa e de várias outras empreiteiras investigada na Lava Jato.

Esse também é o perfil do presidente golpista, Michel Temer. Temer está sendo acusado de ter recebido recursos de várias construtoras de forma ilegal, por meio de uma caixa dois. Apenas a Odebrecht teria repassado mais de R\$ 10 milhões para ele. Ao todo, a campanha do vice-presidente repassou R\$ 16,5 milhões a 76 candidatos a vários cargos e a oito diretórios regionais do PMDB.

“Enquanto o PT estava no poder, o governo conseguia impedir a retirada de direitos trabalhistas. Mas, agora com a direita, as mudanças virão a galope e, se o trabalhador não acordar e se unir em mobilizações e protestos de rua, a tendência é perdermos todas as nossas conquistas e retrocedermos ao início do século 20”, comentou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

A reforma trabalhista prevê:

▶ Redução de idade para começar a trabalhar: de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara)

▶ Instituição do acordo extrajudicial de trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara)

▶ Impedimento do empregado demitido reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara)

▶ Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 – Câmara)
Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara)

▶ Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante

▶ Estabelecimento do Simples Trabalhista, criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara)

▶ Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado)

▶ Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara), entre outros

Proposta “rasga” CLT

A reforma trabalhista que foi desenhada pelo governo golpista prevê flexibilização de direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), abrangendo um conjunto de 34 itens. Fazem parte dessa lista a jornada de trabalho, banco de horas, redução de salário, férias, 13º salário, adicional noturno e de insalubridade, salário mínimo, licença-paternidade, auxílio-creche, descanso semanal remunerado e FGTS. Também existe um estudo para aumentar as horas trabalhadas. Pela proposta, acordos coletivos negociados individualmente por cada empresa vão sobrepor à lei.

A regulamentação da terceirização sem limite, o que representa a precarização das relações de trabalho, é um dos pontos prioritários do governo e Congresso. A proposta libera o setor empresarial de pagamento de direitos trabalhistas como 13º salário e férias. “Além de derrubarem a CLT, permitindo que os patrões negociem diretamente com os trabalhadores e possam cortar benefícios, querem aumentar as horas de trabalho, o que acarretará em mais desemprego e aumento de doenças laborais. Estamos realizando mobilizações de ruas para prepararmos uma greve geral contra tudo isso que está posto. É fundamental que os trabalhadores se unam e partam para o enfrentamen-

to”, sublinhou o presidente da CUT Pernambuco, Carlos Veras.

A reforma da Previdência Social que o governo golpista quer implantar é outra aberração. Oito em cada 10 trabalhadores que hoje estão na ativa serão atingidos imediatamente pela reforma. O Governo pretende fixar em 70 anos a idade mínima para aposentadoria. Essa regra valerá para quem tem menos de 50 anos. Os trabalhadores com mais de 50 anos terão que pagar um pedágio de até 50% do tempo que ainda têm para se aposentar.

O governo pretende ainda unificar as regras de todos os regimes previdenciários em vigor hoje. Isso inclui aqueles que trabalham na iniciativa privada, servidores e militares. “O capitalismo está avançando sobre os direitos dos trabalhadores. Faz aproximadamente 30 anos que a economia mundial abandonou o esquema do Estado de bem-estar e o substituiu pelo capitalismo de livre mercado. A economia mundial passa por uma crise econômica e quem está pagando o pato é o trabalhador. Há um grande aumento da acumulação de capital em escala mundial com a expansão e o domínio do capital financeiro. A nossa única arma é a mobilização”, concluiu o diretor de comunicação do Sindsep-PE, Isac Santos. ◀

PL 257 e PEC 241 vão precarizar o serviço público

Sem alardes da mídia, com apoio de parlamentares e o desconhecimento de boa parte da população, tramitam livremente no Congresso duas proposições que podem acabar com o serviço público e o Estado brasileiro. São elas o Projeto de Lei Complementar (PL) 257 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241. As duas matérias são deste ano. A primeira enviada ainda no governo Dilma Rousseff e a segunda com o interino Michel Temer.

O PL 257 foi enviado ao Congresso como um plano de auxílio para alongar o pagamento da dívida dos estados e do Distrito Federal, impondo controle de gastos e criando alguns dispositivos de contingenciamento para serem acionados, caso haja necessidade. Já a PEC 241 é mais incisiva. Ela cria cinco artigos constitucionais estabelecendo um novo regime fiscal aos Poderes da União e órgãos federais, com e sem autonomia administrativa, para vigorar num prazo de 20 anos, a partir de 2017.

De acordo com o Dieese, apesar da votação no dia 10 de agosto ter vetado trecho do PL 257 que congela os salários dos servidores e a realização de concursos por 20 anos, ainda assim qualquer negociação salarial e contratação de pessoal estariam comprometidas porque a PEC 241 limita os gastos dos estados e municípios à inflação do ano anterior, medida pelo índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Isso pode acarretar a redução do quadro, já que não haverá reposição por novos concursados, aumento do volume de trabalho e, consequentemente, comprometimento da qualidade dos serviços públicos prestados, que já são precários. Para os servidores ainda existe outro agravante no PL 257. O projeto abre precedentes para uma reforma da previdência do regime próprio, estimulando uma previdência complementar.

Como já foi dito, a PEC 241 limita o aumento das despesas primárias (total de gastos e investimentos, descontando as despesas financeiras) por 20 anos. Isso mesmo, duas décadas. Para isso, aumenta a Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20% para 30%, autorizando a realocação de parte das receitas de áreas como saúde, educação e previdência. Numa simulação feita pelo Dieese, supondo um intervalo de 10 anos (2006-2015), o Desenvolvimento Social teria perdido R\$ 79,2 bilhões no orçamento do



PALESTRA Paulo Rubem debateu o teor dos projetos com a direção do sindicato

ano passado (queda de 50,1%); a Educação R\$ 110 bilhões (queda de 62%); e a Saúde, R\$ 149,7 bilhões (queda de 36%).

Em caso de não cumprimento do teto das despesas primárias, no ano subsequente estariam proibidos a criação de cargo, emprego ou função com aumento de despesas; alteração de estrutura de carreira com aumento de despesas; admissão ou contratação de pessoal e a realização de concursos públicos. Seriam 20 anos de arrocho salarial dos servidores, diminuição da oferta de serviços públicos, na lógica nefasta do Estado Mínimo.

Em contrapartida, o governo interino não propõe medidas para rever os gastos públicos com juros da dívida pública, que são extremamente altos, e que, de junho de 2015 a maio de 2016, já levaram mais de R\$ 450 bilhões de reais dos cofres da União, quatro vezes mais que o Orçamento Anual da Saúde.

“Essas propostas (PL 257 e PEC 241) estão sendo apresentadas como simples medidas, algo normal e corriqueiro, quando não são. Os gastos públicos não podem ser controlados por um índice (IPCA). Eles devem atender as demandas da sociedade e ainda existe muita desigualdade aqui no Brasil que precisa ser corrigida e não congelada por 20 anos”, critica o ex-deputado federal e professor da UFPE, Paulo Rubem. A PEC 241 inviabiliza, inclusive, outros dispositivos constitucionais, como o controle social.

“Há uma manipulação dos gastos públicos para favorecer o pagamento da dívida pública e o capital financeiro. Estão assassinando a democracia”, alerta Paulo Rubem. Para ele, é preciso que o povo vá às ruas, os servidores públicos de uma forma geral. “Não estamos satisfeitos. O Brasil ainda não superou as desigualdades”, completa o ex-deputado federal.

Até o fechamento desta edição, o PL 257 estava no Plenário da Câmara dos Deputados, na votação dos destaques. Já o PEC 241 está em Comissão Especial e espera parecer. ◀

Jurídico do Sindsep-PE em ritmo acelerado

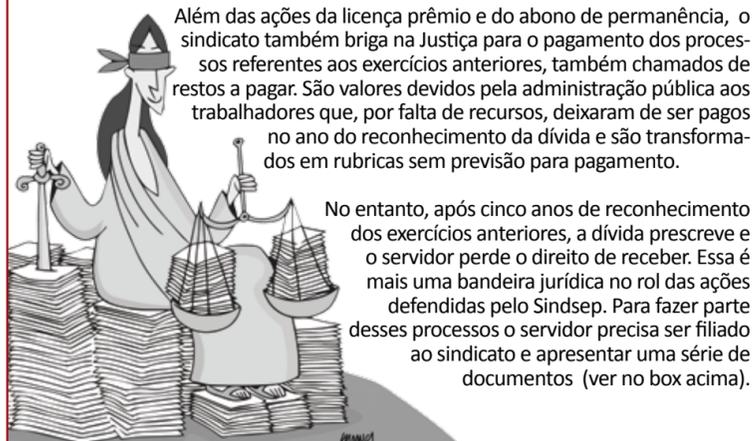
O ritmo de trabalho na Secretaria Jurídica do Sindsep-PE está a todo vapor. Isso porque o setor corre contra o tempo para cobrar os direitos dos servidores federais, os quais vêm sendo retirados ao longo dos anos por vários e sucessivos governos. Dentre os processos que a entidade entrou na Justiça este ano para defender o funcionalismo está o que reivindica o recebimento em dinheiro das licenças-prêmio não gozadas. São muitos os casos em que servidores se aposentaram e não gozaram a licença-prêmio.

Como se trata de um direito legítimo, os trabalhadores podem reverter esse tempo em pecúnia, ou seja, dinheiro. Em algumas situações, os servidores solicitaram o recebimento em dinheiro das licenças-prêmio não gozadas e não utilizadas para a aposentadoria, mais muitos órgãos negaram. Nesse caso, tem que ir buscar esse direito na Justiça, e é isso que o Sindsep tem feito.

Apesar de boa parte dos filiados ao sindicato já estar inserida em ações para receber em dinheiro a licença-prêmio, ainda há muitos servidores de fora. O Sindsep solicita aos que estão nessa situação a procurar o Jurídico da entidade o mais rápido possível.

Outro processo de grande importância que vem tendo celeridade em 2016 é o que trata do abono de permanência. A Emenda Constitucional nº 41/2003 determina que os servidores que optam por permanecer em atividade mesmo preenchendo todos os requisitos para a aposentadoria têm direito ao abono de permanência, ficando isento da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, ou seja, 75 anos.

Porém, muitos servidores que faziam jus ao abono de permanência tiveram o seu pedido indeferido. Outros, conseguiram o benefício administrativamente, mas sem receber os valores retroativos referentes ao que já tinha sido pago. Nas duas situações, o Sindsep-PE precisou acionar a Justiça para defender seus filiados.



Além das ações da licença-prêmio e do abono de permanência, o sindicato também briga na Justiça para o pagamento dos processos referentes aos exercícios anteriores, também chamados de restos a pagar. São valores devidos pela administração pública aos trabalhadores que, por falta de recursos, deixaram de ser pagos no ano do reconhecimento da dívida e são transformados em rubricas sem previsão para pagamento.

No entanto, após cinco anos de reconhecimento dos exercícios anteriores, a dívida prescreve e o servidor perde o direito de receber. Essa é mais uma bandeira jurídica no rol das ações defendidas pelo Sindsep. Para fazer parte desses processos o servidor precisa ser filiado ao sindicato e apresentar uma série de documentos (ver no box acima).

Documentos necessários

Veja cada ação defendida pelo Sindsep-PE

▶ Licença prêmio em pecúnia

- ▶ Procuração (à disposição na Secretaria Jurídica)
- ▶ Cópias da Identidade, CPF e comprovante de residência atual
- ▶ Documento oficial do órgão, informando a não utilização da licença-prêmio para a aposentadoria, bem como a quantidade de tempo
- ▶ Documento do órgão negando o requerimento do servidor ao benefício

▶ Abono de permanência

- ▶ Procuração (à disposição na Secretaria Jurídica)
- ▶ Portaria de concessão do abono de permanência
- ▶ Processo administrativo sobre o caso, se houver
- ▶ Cópias da Identidade, CPF e comprovante de residência atual

▶ Exercícios anteriores

- ▶ Cópia dos documentos de Identidade, CPF e comprovante de residência atualizado
- ▶ Cópia integral do processo administrativo reconhecendo o débito



Ações contra Ebserh e planos de saúde

Desde o primeiro semestre deste ano que o Sindsep-PE briga na Justiça para anular uma determinação da Ebserh, que proíbe os trabalhadores da empresa com carga horária semanal superior a 60 horas ter outro vínculo público. As ações incluem os trabalhadores da Ebserh do Recife e de Petrolina. Foram concedidas liminares impedindo que os associados do sindicato tenham que optar por um dos vínculos e que a empresa pratique qualquer procedimento administrativo que venha causar a demissão desses trabalhadores, tendo como fundamento a acumulação ilegal de cargos. Na ação de Petrolina já há o julgamento do mérito, o qual manteve procedentes os argumentos da liminar. No caso dos trabalhadores do Recife, ainda não houve a apreciação final.

PLANO DE SAÚDE

Outra luta jurídica do sindicato este ano tem sido a defesa dos servidores que utilizam planos de saúde coletivos como a HapVida, Unimed Cuiabá, Unimed Norte Nordeste. No início do ano, esses convênios tentaram cancelar o contrato com muitos órgãos federais, alegando que não tinham mais interesse na sua manutenção. No entanto, o que está por trás de tal decisão é a existência de um número elevado de pessoas idosas.

O sindicato foi procurado pelos servidores e de imediato ingressou com várias ações para os diferentes grupos na Justiça de Pernambuco, que concedeu liminar mantendo os contratos desses planos de saúde, com as mesmas condições anteriores, não trazendo nenhum prejuízo para os servidores. O sindicato também brigou na Justiça para barrar o aumento abusivo da Geap.

Setor Jurídico a serviço dos filiados

Para um atendimento mais eficaz aos filiados do Sindsep-PE, a Secretaria Jurídica da entidade funciona em horário estendido, sem intervalo para almoço, de segunda à sexta-feira. Das 8h às 18h, duas assistentes administrativas, com formação em Direito, estão sempre a postos para receber os servidores, que contam também com o serviço de dois estagiários da área. Além de comparecer à sede para o atendimento pessoal, os filiados podem ligar para o sindicato e fazer sua consulta pelo telefone (81 31316350). A comunicação pode ser também por e-mails (confira abaixo).

Nas terças e quintas-feiras, o atendimento ganha o reforço de três advogados, sendo este em horário comercial, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Nas segundas, quartas e sextas, os advogados ficam livres para acompanhar e despachar, na Justiça, os processos de autoria do Sindsep. Quando não estão externos, os três profissionais ficam no sindicato para atender as demandas dos filiados, preparando requerimentos administrativos, defesas, além de atender os servidores pelo telefone. Há também a opção de a comunicação ser feita por e-mail.

ATUAÇÃO

Entre outras a atividades desempenhadas pela Secretaria Jurídica está a de atender os associados que possuem dúvidas com relação aos seus processos, bem como aqueles que precisam apresentar defesa/recurso administrativo, em razão do recebimento de alguma notificação administrativa. A Secretaria Jurídica acompanha os servidores em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como apresenta as defesas necessárias,

Sindsep na luta pelo pagamento da VPNI

Uma das grandes vitórias jurídicas do Sindsep-PE este ano foi o processo que garantiu a chamada bolsa dos servidores do Dnocs, sob o título de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificada (VPNI). Essa ação remete ao ano de 2014, quando os servidores foram notificados de que, com o aumento das gratificações produtivistas (GDPGPE/GDACE), haveria uma diminuição da VPNI. O argumento foi de que a vantagem seria gradativamente absorvida por: progressão ou promoção ordinária, reorganização e/ou reestruturação dos cargos/remunerações, concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza.

A notificação dizia que a VPNI estaria sujeita apenas à revisão geral da remuneração dos servidores federais, visando à proteção aos vencimentos dos substituídos quanto a sua irredutibilidade. A decisão reduziu consideravelmente a renda dos servidores do Dnocs, mesmo com o aumento da GDPGPE. De imediato, o Sindsep ingressou com duas ações, uma em 2014 e outra em 2015, requerendo o restabelecimento da VPNI, com base nos valores anteriormente percebidos (dezembro/2013), bem como para abster-se de descontar da referida rubrica qualquer valor percebido a título das variações de pontuação das gratificações de desempenho.

A ação de 2014 foi julgada procedente pela Justiça Federal, mas o Dnocs recorreu. Com relação ao processo de 2015, este foi julgado improcedente. Dessa vez, o sindicato foi quem entrou com recurso. Esse ano, o TRF julgou os recursos dos dois processos, e, em ambos, deu favorável ao Sindsep. Mas, ainda cabe recurso nos dois casos.



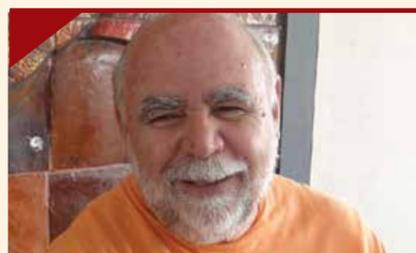
EQUIPE Funcionários e estagiários do Jurídico a postos

visando proteger os seus direitos. Além disso, a secretaria continua acompanhando as demais ações, como o 3,17% e o 28,86%, junto à Justiça Federal. Os advogados também participam de assembleias e encontros com a base. No primeiro semestre deste ano, compareceram a vários órgãos do interior e da capital para apresentar e debater sobre as formas de aposentadoria, quando teve a participação maciça dos servidores. ◀

SERVIÇO - Atendimento no Jurídico - Fone: 31316350
Segunda à sexta, das 8h às 18h – com assistentes administrativos e estagiários
Terça e quinta – das 8h às 12h e das 14h às 18h – com os advogados
Emails: Rodrigo Galindo: juridico4@sindsep-pe.com.br
Rodrigo Machado: juridico5@sindsep-pe.com.br
Alexandre Maciel: juridico1@sindsep-pe.com.br
Dione Gomes: juridico2@sindsep-pe.com.br
Mariana Rêgo Barros: juridico3@sindsep-pe.com.br
Estagiários:
juridico6@sindsep-pe.com.br e juridico7@sindsep-pe.com.br

Arbitrio e violência resultantes da interinidade e ilegalidade

No compasso da espera do julgamento pelo Senado Federal do afastamento (ilegal) da presidenta Dilma Rousseff, vai se processando o trabalho de desmonte das políticas públicas redistributivas no Brasil. A voracidade e a cupidez da turma que comprou pastas ministeriais pelo seu voto contra a presidenta não têm paralelos na história da administração pública em nosso país. Parece que a (má)consciência da interinidade e ilegalidade estimula o arbitrio e a violência com que vem sendo feito o trabalho de desmonte de todas conquistas do povo brasileiro, nesses últimos 15 anos. Como a direita fisiológica e privatizante não conseguiu pelo voto chegar ao poder, o atalho ilegal, inconstitucional, suspeito tornou-se o caminho mais fácil para a execução de uma agenda não publicizada, anteriormente, que pode ser definida como o “desmanche” do sentido de toda atuação do Estado brasileiro em prol dos mais humildes e necessitados.



“ A fisionomia dos golpistas vai surgindo no horizonte ”

O chefe interino, que recebe as ordens do bandido afastado da Presidência da Câmara, vai se caracterizando como um governo de sobresaltos, do vai-e-vem, da dança de rato, ora para frente, ora para trás, ao sabor das pressões dos diversos grupos que apoiaram a manobra temerista. A fisionomia dos golpistas vai surgindo no horizonte para não deixar ninguém se enganar com a concepção da obra: o interino da Saúde, depois de decretar a falência do SUS, fala em criar plano de saúde pago para o povo, com todas as limitações que cercam esse tipo de produto, para alegria das empresas particulares de Saúde.

O avicultor da Educação reforça o financiamento público às instituições privadas de ensino, através do Fies, enquanto deixa ao deus-dará as

universidades públicas de ensino - cancelando concursos, mudando as regras da aposentadoria e congelando salários. O menu das Cidades trabalha para a paralisação dos metrô e para cortar o financiamento das habitações populares. O transformista da Defesa abre o seu ministério para a contratação de parentes. E o pelego da Força Sindical conseguiu emplacar o filho no Instituto da Reforma Agrária. Pelo visto, os impeachmentistas se locupletaram com o golpe parlamentar. Deram-se bem. Até quando?

POLÍTICA LOCAL

Em Pernambuco, as coisas se passam como no país de Alice: tudo está bom, tudo está bem. A Polícia Civil dá provas de sua incontestada capacidade pericial de não periciar, a mando de seus superiores. O Ministério Público dá sinal de

vida, denunciando um potencial candidato às eleições municipais, adversário natural do prefeito da atual oligarquia política. E o governador é apresentado, pelo secretário de saúde, como o estadista do ano, ao ter indicado um modelo de protocolo no diagnóstico e tratamento da microcefalia!

É o caso de se perguntar se Deus enviou o mosquito da doença apenas para o governador se destacar como o mais perfeito paladino da saúde pública no Brasil. Na verdade, tudo isso é um escárnio diante das inúmeras dificuldades da população nas UPAs, nos postos de saúde, nos hospitais estaduais, nas UTIs. Só governantes e gestores que transformam a miséria humana em matéria de propaganda enganosa (e cara) podem ser transformados em “heróis” à custa do sofrimento alheio.

E a Arena Pernambuco, qual é o protocolo de eficiência, funcionalidade e economia para esse monumento ao desperdício de dinheiro público? E o caixa dois que irrigou montanhas de dinheiro público para as campanhas eleitorais do PSB em Pernambuco? Qual é o protocolo? O modelo de moralidade pública que pode justificar o domínio dessa oligarquia política que tanto nos infelicitava em nossa região?

Quem nos salvará, não do mosquito ou da microcefalia, mas da incúria governamental, da incapacidade administrativa, da demagogia vazia e cara dos filmes exibidos nos meios de comunicação a peso de ouro? Precisamos urgentemente de um protocolo de cidadania, de republicanismo, de respeito ao erário público. A nossa miséria e sofrimento não podem continuar alimentando a doença moral, política, administrativa em que se tornou o Estado brasileiro. ◀

celetistas, regidos pela CLT. Algumas pessoas já cumpriram a portaria e solicitaram ao órgão no qual tem o segundo vínculo o cancelamento do benefício. A orientação do sindicato é que, quem ainda não fez a opção, aguarde uma liminar da Justiça. Quem já pediu o cancelamento, a depender do resultado do Judiciário, o Sindsep vai estudar a possibilidade de entrar com outro processo requerendo o benefício cortado. ◀

DOIS VÍNCULOS

Tiquete alimentação da Ebserh na Justiça

No final de agosto, o Sindsep-PE entrou com mais uma ação Judicial contra a Ebserh. Dessa vez porque a empresa publicou uma portaria exigindo dos trabalhadores que têm dois vínculos, que optem apenas por um tiquete alimentação, abrindo mão do outro, sob pena de ser cortado o benefício pago pela Ebserh. A determinação teve como base a Lei 8.112 e um parecer do TCU.

No entendimento da Secretaria Jurídica do sindicato essa portaria é ilegal, já que, ao ser aprovado em um concurso público, como é o caso dos trabalhadores da Ebserh, o tiquete alimentação está previsto no edital, dando direito à pessoa ao ônus e ao bônus do cargo oferecido. Além disso, o contraditório é que a Lei 8.112 rege os servidores federais do Regime Jurídico Único, enquanto os trabalhadores da Ebserh são

Violência contra a mulher é tema de debate no Sindsep-PE

A cada sete minutos, uma mulher sofre violência no Brasil, segundo dados do Disque 180. Só nos dez primeiros meses de 2015, o país registrou 63 mil casos dessa natureza. Os dados são alarmantes e é por isso que a Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep-PE realizou, no dia 24 de agosto, um debate sobre o tema.

A atividade foi aberta início com uma mística feita pelo Levante Popular da Juventude. Uma das integrantes do grupo, a estudante Rosa Karine, apresentou um monólogo. O texto falava da luta das mulheres, das tantas Marias, e deixava o recado: Mobilizem-se!

“Violência é grande também porque é naturalizada e disseminada pela mídia”, frisa Josineide Menezes da ONG Gestos. Sobre o momento conservador que o país atravessa, Juneia Martins, da CUT nacional, fez um desafo. “Uma rádio me entrevistou. Perguntou se eu achava que um provável impeachment de Dilma enfraqueceria a luta das mulheres e eu disse: Enfraqueceria se ela tivesse renunciado, feito algum tipo de acordo ou cometido suicídio. Mas não, ela está sendo corajosa até o final”.

Juneia também falou da violência contra a mulher no trabalho e Jussara Grifo, da Condsef, focou a violência no serviço público. Vilma Maria, diretora da CUT-PE, falou da violência sofrida pela mulher idosa. Lindinere Ferreira, diretora da Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep, fez o recorte da violência contra a mulher negra, ressaltando a importância de políticas públicas.

Ao final do debate foram tirados alguns encaminhamentos. Foi solicitado que a Secretaria da Mulher da CUT-PE organize atividades para as servidoras públicas cutistas e que a Condsef realize uma plenária de mulheres antes do Congresso da entidade. Foi deliberada a reativação do Coletivo de Gênero, Raça e Etnia do Sindsep-PE. Também deve ser confeccionado um material informativo sobre violência contra a mulher para ser distribuído na base.

MULHERES CUTISTAS

A Secretaria de Mulheres da CUT-PE realizou no dia 25 de agosto, um seminário estadual em homenagem aos 30 anos de organização da mulher trabalhadora no campo cutista.



OFICINAS Em breve serão divulgadas datas de novas oficinas

Oficina de saúde do trabalhador para cedidos

Como encaminhamento da Mesa Estadual da Saúde, da qual o Sindsep-PE participa, a Secretaria de Políticas Públicas da entidade, com apoio da sua direção territorial de base, realizou no mês de agosto duas oficinas sobre saúde do trabalhador. As atividades tiveram como foco os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde, cedidos ao Estado e municípios, lotados na região do São Francisco, em Petrolina e Ouricuri.

A oficina de Petrolina foi realizada no dia 9 de agosto, no auditório da VIII Geres, com o apoio da Gerência de Atenção à Saúde do Trabalhador (Geast/PE) e do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest-PE). A ideia foi fazer um mapeamento das maiores causas de adoecimento desses servidores. Segundo o diretor territorial de base do Sindsep, José Paulo Miranda, em Petrolina, a maior queixa relatada foi o estresse, causado principalmente pela ociosidade, falta de estrutura e subutilização e desvalorização dos profissionais.

A oficina em Ouricuri foi realizada no dia 11 e atendeu os servidores lotados no Sertão do Araripe. Os cedidos denunciaram a falta de equipamentos de proteção individual e fardamentos, além da desvalorização e subutilização dos profissionais, que acarretam a ociosidade e deixam um “terreno fértil” para o assédio moral. ◀

A coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, fez parte da mesa da manhã. Ela fez uma análise de conjuntura do momento atual do país. Para ela o país vive um momento ultraneoliberal e a população não tem percebido todo esse processo.

À tarde, teve roda de conversa sobre os 30 anos de organização das mulheres na CUT. Algumas mulheres sindicalistas também foram homenageadas, entre elas Graça Oliveira, pelo seu trabalho à frente da Coordenação Geral do Sindsep.



O assassinato da democracia brasileira

O dia 31 de agosto de 2016 ficará marcado para sempre na História do Brasil como a data em que o país sofreu mais um golpe de Estado. Os livros e a memória terão de registrar o quão perversos e antidemocráticos foram 61 senadores que votaram pelo afastamento da presidenta da República, Dilma Rousseff, eleita pela via democrática por mais de 54 milhões de brasileiros. Um colégio eleitoral de apenas 81 parlamentares rasgou, sem nenhum pudor e com a ganância de usurpadores que não aceitam o resultado das urnas, mais de cem milhões de votos, dos quais mais de 50% escolheram Dilma para governar o Brasil. Mas essas senhores não jogaram fora apenas o voto popular. Eles jogaram na lata do lixo suas biografias. Biografias, em muitos casos, diga-se de passagem, que já não têm lá muito o que perder, tamanhas as acusações que recaem sobre elas.

Nesses longos nove meses que perduraram o processo de impeachment no Brasil, ficou mais que provado que não houve crime de responsabilidade, que não há nada que desabone a conduta ética de Dilma Rousseff e que não recai sobre ela qualquer acusação de práticas ilícitas. Ao contrário, o que ficou claro para o mundo inteiro foi a firmeza da presidenta, que não se

rendeu às chantagens do corrupto-mor Eduardo Cunha – patrono do impeachment; que enfrentou como ninguém o combate à corrupção, dando autonomia à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Procuradoria Geral da República; e que se negou a fazer a política do toma-lá-dá-cá com deputados e senadores, num país alicerçado numa prática patrimonialista e onde os interesses privados prevalecem sobre o espírito público.

Além disso, esse golpe é machista. Não só durante os nove meses desse processo, mas desde a primeira eleição de Dilma Rousseff, em 2010, o que se viu foi um Brasil que nunca aceitou ter uma mulher como chefe da Nação. Inserido numa campanha de ódio contra o PT - partido da presidenta - que tomou conta do país, estava a discriminação de gênero, a misoginia, o sexismo, a apologia à violência contra a mulher e à cultura do estupro. Um preconceito herdado de um Brasil patriarcal e um dos líderes no ranking de feminicídio.

Agora é esperar pelo pior. Desde a interinidade, o governo golpista de Michel Temer já mostrou a que veio. Começou com a nomeação de um ministério formado apenas por homens, todos brancos e ricos. Sem falar que quase todos têm o nome cidadão na Operação Lava Jato, acusados de corrupção. E mais: nenhum deles tem origem no projeto eleito nas urnas. DEM, PSDB, PPS e tantas outras forças políticas derrotadas em 2014, com o golpe, passam a ser governo. E já deram sinais que vão resgatar o que há de mais conservador e ultraneoliberal, ressuscitando a política do Estado Mínimo e implantando reformas que visam retirar direitos da classe trabalhadora. Não nos resta outra alternativa a não ser resistir.

Assim como aconteceu em 1937 e 1964, o golpe de 2016 fere de morte a democracia brasileira. Uma democracia que, na História do Brasil, vem apenas intercalando longos períodos autoritários, todos marcados pela violência. Diferente do que aconteceu com Getúlio Vargas - que deixou a vida para entrar na História - e com João Goulart - que se exilou no Uruguai -, Dilma Rousseff deixa a Presidência da República mas continua na linha de frente da resistência. E é essa energia e coragem da presidenta golpeada que fazem renascer a esperança em cada um de nós na busca pela recomposição da tão jovem e frágil democracia. Avante! ◀◀

A resistência das ruas

NÃO FOI POR FALTA DE MOBILIZAÇÃO QUE O SENADO FEDERAL SELOU O GOLPE PARLAMENTAR NO BRASIL. DESDE O INÍCIO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT QUE AS RUAS VÊM SENDO OCUPADAS POR TRABALHADORES, ESTUDANTES, JOVENS, SINDICALISTAS E REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. NESSA RETA FINAL NÃO FOI DIFERENTE. EM AGOSTO, VÁRIAS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS EM TODO O PAÍS PARA DENUNCIAR A FARSA QUE TEVE INÍCIO COM O ENTÃO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, O ULTRACORRUPTO EDUARDO CUNHA, E CULMINOU COM A VOTAÇÃO DO DIA 31 DE AGOSTO, NO SENADO FEDERAL. ACOMPANHE A SEGUIR AS MANIFESTAÇÕES OCORRIDAS NOS DIAS QUE ANTECEDERAM O VEREDICTO FINAL, QUE PÔS UMA PÁ DE CAL NA DEMOCRACIA.



José Cruz/Agência Brasil

ROSAS PARA A DEMOCRACIA

No dia em que a presidenta Dilma Rousseff estava depondo no Senado Federal, 29 de agosto, do lado de fora o que se viu foi um mar de rosas. Mulheres de várias partes do país, munidas de flores, estavam em Brasília para apoiar a presidenta e dizer que não reconhecem o governo golpista de Michel Temer. Na mesma data, na avenida Paulista, manifestantes eram brutalmente reprimidos pela Polícia de São Paulo, em mais um ato Fora Temer.



Paulo Pinto/Agência PT



NEM UM DIREITO A MENOS

No dia 9 de agosto, várias capitais brasileiras realizaram atos públicos, puxados pelas CUT e demais centrais sindicais. Com o slogan Nenhum direito a menos, os trabalhadores mandaram um recado para o governo golpista de que não vão abrir mão dos direitos trabalhistas e previdenciários. No Recife, nem a chuva atrapalhou a programação, que começou com concentração na Praça da Democracia, no Derby, de onde os manifestantes seguiram em passeata pela avenida Conde da Boa Vista. Durante todo o trajeto, foram muitos os gritos de guerra, entre eles Fora Temer!, Volta Dilma!, Abaixo a Rede Globo!, e Não ao golpe!



UM DIA INTEIRO DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O GOLPE

A mobilização começou cedo, no dia 17 de agosto. Em assembleia às 6h, os trabalhadores petroquímicos de Suape/Ipojuca denunciaram o golpe, que foi, mais uma vez, desmascarado pelos trabalhadores rurais, em um ato público, às 8h, realizado pela Federação dos Trabalhadores de Pernambuco (Fetape), na Secretaria de Agricultura do Estado. À tarde, a UFPE recebeu Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e da Frente Povo Sem Medo. Ele participou de um debate no Centro de Artes e Comunicação da UFPE. De lá, Boulos seguiu para a praça da Independência, centro do Recife, onde acontecia mais um ato unificado contra o golpe. A programação do dia foi encerrada com o lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, no Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Na ocasião houve uma palestra proferida pelo sociólogo, cientista político e filósofo, Emir Sader. ◀◀





Por mais mulheres no poder

A baixa representatividade feminina permeia todo o sistema político brasileiro. De acordo com dados do TSE, as mulheres representam 52,13% dos eleitores, entretanto, a participação feminina chega a 9,9% na Câmara dos Deputados (51 deputadas de um total de 513) e 14% no Senado Federal (12 senadoras de um total de 81 cadeiras). O número de mulheres chefes do poder municipal e estadual também é baixo. As taxas brasileiras estão abaixo da média mundial, que é de 22,1% de mulheres no parlamento. Esse índice é inferior à média do Oriente Médio, com uma taxa de participação feminina de 16%.

Em termos de participação feminina em parlamentos, estão à frente do Brasil países como Jordânia, Síria, Somália, Líbia, Iraque, Arábia Saudita, entre outros, com 19% das cadeiras reservadas para mulheres. No que concerne à América do Sul, o Brasil está atrás do Uruguai, Paraguai, Chile, Venezuela, Panamá, Peru, México e Colômbia.

A tímida participação feminina e outros fatores do campo político reforçam que vivemos em um contexto de retrocesso pelo qual o Brasil atravessa: a Secretaria de Políticas para as Mulheres deixou de ter status de ministério em outubro de 2015 e foi incorporada, juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos, ao então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em maio desse ano, o presidente interino, Michel Temer (PMDB), extinguiu esse ministério e atribuiu suas funções ao atual Ministério da Justiça e Cidadania.

“ Vivemos um difícil quadro de machismo e misoginia que permeiam a sociedade brasileira”

“Em outras nações as mulheres lutam por salários iguais, por paridade nos conselhos de administração, por leis que permitam conciliar o trabalho com a vida familiar. No Brasil, também. Mas, além disso, brigam hoje, nesta primavera brasileira, para não retrocederem em suas conquistas e, sobretudo, pelo direito de poder ir à rua (num ônibus ou no metrô) sem que ninguém as assedie ou insulte ou lhes falte com o respeito: para que as meninas de hoje não sofram os mesmos maus-tratos que sofreram e sofrem suas avós, suas mães e irmãs mais velhas”.

Para piorar a situação, o ministro das Relações Exteriores do então governo interino de Michel Temer, José Serra, reforçou a visão machista da política brasileira: em visita ao México, ressaltou que as muitas mulheres na política mexicana são um “perigo” para os políticos brasileiros: “Devo dizer, cara ministra, que o México, para os políticos homens no Brasil, é um perigo, porque descobri que aqui quase a metade dos senadores são mulheres”. E continuou, ao reforçar o convite à chanceler mexicana Claudia Ruiz Massieu para participar das Olimpíadas (realizadas, em agosto, no Brasil): “Quero muito que você vá, mas será um perigo, porque chamará a atenção para este assunto”, disse.

Os fatos aqui elencados expõem o difícil quadro de machismo e misoginia que permeiam a sociedade brasileira e que afloram na política do país, demonstrando o quanto precisamos evoluir no que se refere à paridade de gênero. Participar das escolhas políticas, que vão desde as associações de bairros até o mais alto escalão do governo, e ter mulheres que lutem pelos direitos humanos são ferramentas fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária. ◀

*Colaborou Laís Ferreira, pesquisadora do Observatório de Mídia da UFPE.

Também estão em voga ataques aos direitos das mulheres em projetos de lei, como o PL 5069/2013, de autoria do deputado federal Eduardo Cunha, o qual dificulta o acesso às políticas de atenção à saúde para mulheres vítimas de estupro. O projeto obriga a comprovação da violência sexual, mediante apresentação de boletim de ocorrência e laudo do Instituto Médico Legal, para só então as mulheres violentadas receberem assistência integral.

Em 2015, o PL foi um dos alvos de uma grande mobilização de mulheres nas ruas de todo o país, no movimento conhecido como Primavera das Mulheres. A manifestação foi assim descrita em editorial do jornal *El País*:

PELO MUNDO

EUA e a recolonização da AL

A ofensiva militar norte-americana na América Latina, que começou com a vitória de Mauricio Macri para a Presidência da Argentina, se consolida com o golpe promovido pelas forças conservadoras e por Michel Temer no Brasil. Os EUA estão negociando com o governo argentino a instalação de duas bases militares em seu território, o que pode representar uma tentativa de ‘recolonização’ de todo o continente. Uma base fica na Patagônia e outra na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, perto do maior aquífero do mundo.

José Serra e a subserviência

O então governo provisório do Brasil negou, em agosto, legitimidade à Venezuela para assumir a Presidência do Mercosul. A única interpretação possível é de que o então ministro interino das Relações Exteriores, José Serra, e o governo Temer apostam na instabilidade da América do Sul e defendem as posições dos países mais alinhados aos Estados Unidos. A visão de um bloco de países pobres que devem receber a ajuda do ‘primo’ rico é extremamente atrasada e míope em relação às mudanças internacionais dos últimos anos.